



JUSTIFICATIVA PARA A PESQUISA MERCADOLÓGICA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS

(Processo Administrativo nº **0424004/2026**)

JUSTIFICATIVA

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de justificativa da apresentação da metodologia de composição de custos e análise crítica da pesquisa de preços referente ao processo de Contratação de Empresa de Engenharia Civil, para a execução de obras e serviços de pavimentação em vias rurais no Município de Dois Riachos/AL, conforme **TERMO DE PROPOSTA Nº 044989/2023 TRANSFEREGOV** e **CONTRATO DE REPASSE Nº 945612/2023/MIDR/CAIXA**, nos termos do Projeto Básico e elementos instrutores fornecidos em anexos.

2. BASE LEGAL

2.1. A metodologia utilizada para a composição do orçamento foi baseada na legislação vigente, o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, da Presidência da República, que define que para serviços e obras de engenharia deverá ser utilizado como referência de preço a mediana do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

§ 1º O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, segundo definições técnicas de engenharia da CAIXA e de pesquisa de preço realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou por órgão de pesquisa congênere. **(Incluído pelo Decreto nº 12.867, de 2026)**

§ 2º A CAIXA poderá custear, integral ou parcialmente, o serviço de pesquisa de preços prestado pelo IBGE ou por órgão de pesquisa congênere, nos termos definidos em convênio, contrato ou instrumento congênere a ser celebrado entre as partes. **(Incluído pelo Decreto nº 12.867, de 2026)**

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

(...)

Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.



Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

2.2. Nestes termos, Decreto nº 11/2025 de 15 de janeiro de 2025, do Gabinete do Executivo, que dispõe sobre os procedimentos administrativos nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a realização de licitações e contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito da administração pública municipal, orienta que em seu artigo 14 que no processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, deve ser definido por meio da utilização de parâmetros, na ordem a seguir:

Art. 14. [...]:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente das Tabelas de Referência adotadas pelo Município, subsidiariamente, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - os serviços não contemplados nas tabelas de referência devem ter seus valores definidos por meio da apresentação da composição de seus custos unitários elaborada por profissional técnico habilitado e anexada à planilha sintética de serviços;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

IV - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 1º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, quanto ao valor estimado da contratação:

I - deve ser calculado nos termos do *caput* deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e

II - sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, deve ser baseado em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do *caput* deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

2.3. A pesquisa de mercado funciona da seguinte forma, pesquisar de acordo com seus elementos técnicos, as quantidades de materiais, equipamentos e serviços, e isso serve para estimar o custo da contratação. É necessária a realização de pesquisa mediante consulta a, pelo menos três empresas do ramo.

2.4. Então é necessário que o valor de uma obra ou de um serviço de Engenharia se tenha uma verificação do justo preço demanda, ou seja, uma complexa composição de custos para que se tenha propostas confiáveis.



2.5. Por essas explicações, as recentes Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) adota tabelas referenciadas, como por exemplo, SINAPI, SEDOP, ORSE e SICRO com a finalidade de orientar a obtenção do custo global de obras e serviços de Engenharia. As propostas de um certame licitatório de obras públicas presumam que a estimativa atualizada dos custos (unitário e global), tem como parâmetro a Planilha SEDOP.

2.6. O orçamento detalhado é uma etapa fundamental para a realização de uma obra ou serviço de Engenharia. No referido orçamento constará a Composição de Custos de materiais, serviços e equipamentos, Orçamento Analítico, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI e deverá ser assinado por profissional habilitado.

2.7. A exigência inserida no artigo 6º, IX, "f", artigo 7º, § 2º da Lei Federal nº 8.666, de 1933, artigo 15, inciso XII da IN nº 2, de 2008, bem como artigo 125 Lei Federal nº 12.465, de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2013.

2.8. O orçamento-base da licitação constitui um importante parâmetro para a Administração comparar o custo estimado da contratação, verificar os critérios de aceitabilidade de preços, total e unitário.

2.9. Considerando as características e as necessidades dos serviços da obra, foram adotados os seguintes parâmetros para obtenção dos valores de mercado em ordem:

Parâmetro I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente das Tabelas de Referência adotadas pelo Município, subsidiariamente, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do SINAPI. **(art. 14, I, Decreto nº 11/2025)**

2.10. Como principal parâmetro foi utilizada a Tabela Referencial do SINAPI, Relatório de Composições e Preço de Insumos, datada de DEZEMBRO/2025, do estado de Alagoas, apresentando mão de obra desonerada.

2.11. Devido as características específicas das necessidades da obra, foram adaptadas e apresentadas em Relatório de Composições Próprias, composições elaboradas pela responsável técnica do orçamento utilizando os custos de insumos do SINAPI em conjunto com índices de consumo e produtividade apropriado de composições semelhantes ou estimados.

Parâmetro II - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso, **em sistema específico instituído para o setor.** (Grifo nosso)

2.12. Como segundo parâmetro foram utilizadas as bases referenciais SBC e ORSE - ambas as bases são tabelas de referência aprovadas e disponibilizadas em sítios eletrônicos.

2.13. Devido as características específicas das necessidades da obra, foram adaptadas e apresentadas em Relatório de Composições Próprias, composições elaboradas pela responsável técnica do orçamento utilizando os custos de insumos do SBC ou da ORSE em conjunto com índices de consumo e produtividade apropriado de composições semelhantes ou estimadas.

2.14. O percentual de benefícios e despesas indiretas adotado e aplicado sob o valor final dos custos unitários tem sua composição apresentada em Relatório de Composição do BDI sendo adotado, como alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, a aplicação da mão de obra não desonerada.

2.15. São utilizados os encargos sociais não desonerados de acordo com os apresentados pela SEINFRA, uma vez que é adotado como parâmetro principal na pesquisa de preço.

2.16. O Cronograma Físico Financeiro foi planejando, considerando a execução dos serviços pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**



2.17. Para parte dos itens da planilha orçamentária foi preciso fazer a combinação de diferentes sistemas de referência de custos para composição dos serviços, dada a ausência de insumos de parte a parte. Como resultado desta combinação, o sistema utilizado no processo de orçamentação nomeia essas customizações de Banco Próprio.

2.18. Esclarece-se que, diferentemente do que consta no Art. 5º do Decreto nº 7.983/13, este procedimento não se trata de desenvolvimento de novos sistemas de referência de custos, o que demandaria estudo aprofundado e elaboração de novas composições contendo preços unitários divergentes das tabelas referenciais. Houve, na realidade, uma combinação de informações e tabelas existentes para complementar os custos Sinapi por ausência de item na referida tabela.

2.19. Assim, entende-se que o orçamento apresentado cumpriu os requisitos legais estabelecidos.

3. FONTE DE PESQUISA

3.1. Para a devida mensuração do preço de referência, foram utilizados os seguintes sistemas de referência de preços:

3.1.1. SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, conforme Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;

3.1.2. ORSE - Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, desenvolvida e mantida pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP;

3.1.3. SICRO - Sistema de Custos Referenciais de Obras, desenvolvida e mantida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

3.2. Para os itens não encontrados nas bases mencionadas anteriormente, foi necessária a realização de pesquisa de preço, junto a fornecedores reconhecidos no mercado. Salienta-se que as cotações estão anexas a planilha orçamentária e seguiram as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, segue-se as recomendações disponibilizadas em Manual de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União.

4.2. A Planilha Orçamentária da Obra apresenta o valor final estimado em **R\$ 1.971.165,64 (um milhão e novecentos e setenta e um mil e cento e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**. Este valor é obtido em função da multiplicação entre o valor de pesquisa de mercado de cada item e seu respectivo quantitativo, aplicado sob este somatório final o percentual de benefícios e despesas indiretas da obra, conforme apresentado em planilha resumida.

4.3. Os cálculos do orçamento de referência as datas bases: **SINAPI - 01/2026 - SEM DESONERAÇÃO/ SICRO - 01/2026/ ORSE - 01/2026**, estão detalhados na Planilha de Orçamento Sintético, composta pelos seguintes macros itens:

4.3.1. Serviços técnicos administrativo;

4.3.2. Serviços preliminares;

4.3.3. Sinalização;

4.3.4. Terraplenagem;

4.3.5. Serviço de pavimentação;

4.3.6. Serviço de drenagem;

4.3.7. Serviços finais.

4.4. A Planilha de Preços é composta:

4.4.1. **ORÇAMENTO SINTÉTICO:** É a descrição dos itens de serviços da reforma, suas unidades e quantidades, seus preços unitários e totais, acrescidos do BDI.

4.4.2. **ORÇAMENTO ANALÍTICO:** Contém a Planilha de Composição de Preços Unitários da obra, contemplando todos os itens da Planilha Sintética, formando, assim os preços de referência, elaborados com base nas composições do SINAPI, ORSE e suas combinações que originaram o BANCO PRÓPRIO.

4.4.3. **BDI'S:** Benefício e Despesas Indiretas sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia.



4.4.4. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:** Planilha de prazo de execução da obra, definida pelas etapas mensais dos serviços a serem executadas em conjunto com os desembolsos financeiros, elaborada com base no Orçamento Sintético.

5. **ANÁLISE ABC DO ORÇAMENTO SINTÉTICO**

5.1. Hierarquizando os itens por valor, do maior para o menor, tem-se a Planilha Curva. A título de exemplo, abaixo são demonstradas 3 (três) faixas do orçamento.

6. **MEMÓRIA DE CÁLCULO DO PREÇO DE REFERÊNCIA**

6.1. Os cálculos dos preços estimados estão detalhados Planilha Estimativa de Preço.

7. **CONCLUSÃO**

7.1. Considerando que foram observadas todas as determinações constantes no Decreto nº 7.983/2013, diante da análise apresentada no presente relatório crítico e sua justificativa, conclui-se que o orçamento apresentado é confiável, seguro para o prosseguimento da contratação.

Dois Riachos/AL, 24 de abril de 2026.

.....
ALBERTO MARLOS DE SIQUEIRA

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Secretário-Portaria nº 06/2025